

ESPLANADA GERAL

SINDSEP-DF

WWW.SINDSEP-DF.COM.BR

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO DF

E-MAIL: IMPRENSA@SINDSEP-DF.COM.BR

CONTRA ESSA “REFORMA” DA PREVIDÊNCIA **COMEÇOU** **A GREVE NACIONAL**

A greve dos servidores públicos já é uma realidade inquestionável! Na grande maioria dos estados, dezenas de milhares de trabalhadores cruzaram os braços e entraram em greve. Em todo o País, dezenas de assembleias estão ocorrendo e aumentando a participação no movimento grevista. Cada companheiro que adere fortalece e mobiliza, fazendo crescer o movimento. Indignados com a falsa “reforma”, que cassa direitos e fragiliza o setor público, funcionários das universidades, do IBGE, do Ibama, da Previdência, dos Ministérios, da Receita Federal, do Bacen, do Incra, da Saúde, ganham as ruas



MAIOR ASSEMBLÉIA GERAL DO SINDSEP-DF NESTE MILÊNIO MOSTRA DISPOSIÇÃO DE LUTA!

para exigir do governo a retirada ou o arquivamento da PEC 40. Veja quadro no verso.

O MOVIMENTO AVANÇA E MOSTRA FORÇA!

Devido à intransigência do governo, que se recusa a fazer modificações substanciais na PEC 40 (“reforma” da Previdência), o SINDSEP-DF, junto com as entidades nacionais de servidores públicos e outros sindicatos, desencadeou um forte movimento contra essa reforma. Esse movimento caminha e desemboca na greve geral dos servidores, até que o

governo se disponha a nos ouvir e negociar.

Terça-feira, 8 de julho, um grande número de servidores reuniu-se no Espaço do Servidor, na maior assembleia geral dos últimos tempos. Diversos órgãos, como o Banco Central, o Ministério da Defesa, a Biblioteca Nacional, a Fundação Nacional de Saúde, a Receita Federal, a Capes, já decretaram greve por

tempo indeterminado, até que o Congresso suspenda a tramitação do monstrego. Nas próximas 48 horas, a maioria dos outros órgãos tem assembleias marcadas para aderir à greve, e certamente a força e o entusiasmo da assembleia do dia 8 vão repercutir no sentido de comprometer mais e mais companheiros com o movimento.

A assembleia geral, respeitando os diferentes ritmos da mobilização nos diversos órgãos, deliberou:

- 1) Referendar e fortalecer a greve já existente nos locais que já a deflagraram.
- 2) Mobilizar os locais onde ainda não existe a greve para que realizem assembleias e construam comandos locais para adesão à greve.

Calendário de assembleias

Órgão	Dia	Hora
Órgãos regionais	quarta-feira	9h
Min. de Minas e Energia	quarta-feira	9h
Ibama	quarta-feira	10h
Min. da Cultura	quarta-feira	14h
Capes	quarta-feira	16h
Bacen	quarta-feira	9h
Min. da Justiça	quinta-feira	9h
HFA	quinta-feira	19h
MP	quinta-feira	9h
Min. do Trabalho	quinta-feira	9h

ATO PÚBLICO HOJE

(9/7), ÀS 10H. ESPAÇO DO SERVIDOR

A GREVE É VIÁVEL?

A imprensa dos patrões vai certamente dizer que o nosso movimento é fraco e inviável. Naturalmente, se a imprensa burguesa soubesse de fato o que é viável, o Plano Cruzado teria dado certo, Collor não teria sido impedido e Serra seria o Presidente da República. Mas, o mais importante é que os jornais vão dizer que a greve não está dando certo porque os órgãos estão funcionando.

Nós sabemos que os ór-

gãos vão funcionar. Com a destruição do serviço público promovida por Collor e Fernando Henrique, os órgãos públicos estão repletos de funcionários celetistas, conveniados, contratados, terceirizados, estagiários, consultores e por aí vai. Evidentemente, a adesão à greve por parte desses trabalhadores será muito menor do que por parte dos servidores estatutários.

Mas o sucesso da greve não vai ser dado pela

paralisação ou pelo funcionamento dos órgãos. O atual governo, durante a eleição, assumiu compromissos com a população e com o funcionalismo público, que agora se recusa a cumprir. A força da nossa greve é mostrar à população a incongruência do governo, e o equívoco que ele comete, ao tentar se apoiar nos banqueiros, nos latifundiários, nos partidos da burguesia, nos inimigos dos trabalhadores.

A GREVE É LEGAL?

É. A Constituição Federal assegura o direito de greve do servidor público, independentemente de qualquer regulamentação. Portanto, a categoria tem amplas condições de defender os direitos que o governo está procurando suprimir, por meio da paralisação. Também o servidor em estágio probatório pode aderir à greve sem prejuízo, de acordo com a Constituição. Durante o estágio probatório, o servidor será avaliado dentro dos critérios previstos no art. 20 da Lei nº 8.112/90, os quais nada têm a ver com o exercício do direito de greve. A falta individual não se confunde com a greve, que é um movimento coletivo deliberado pela categoria reunida em assembléia. Ninguém pode ser punido por exercer um direito!

A GREVE É PRA VALER?

Alguns companheiros têm dúvidas de que a direção do SINDSEP, composta por militantes de partidos que apoiam o governo, possa liderar de fato uma greve no momento em que o Executivo é dirigido pelo Lula.

Essa greve é para defender os direitos dos servidores públicos, a capacidade do Estado de promover o desenvolvimento e a qualidade de vida da população. Todos esses pontos constam dos programas dos partidos que apoiam o governo. Se o governo

não está cumprindo esses programas, o problema está aí, não naqueles militantes que, como a Senadora Heloísa Helena, se mantêm firmes na defesa dos seus pontos de vista, da tradição partidária e dos interesses da classe trabalhadora.

RESOLUÇÃO DA PLENÁRIA DOS SERVIDORES FEDERAIS EM 5/7 SOBRE A PEC 40

1) Em 3/7, os líderes partidários no Congresso receberam as entidades de servidores e a CUT para discussão sobre a Reforma da Previdência.

2) Unidas contra a PEC 40, cada entidade apresentou suas propostas: emendas, substitutivo global, suspensão da tramitação, retirada da PEC 40.

3) Ficou decidido que os líderes consultarão suas bancadas e responderão às entidades em nova reunião em 15/7.

4) Já o Deputado João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, apresentou a proposta de discutir somente três pontos: o cálculo da média, a regra de transição e as regras da aposentadoria especial.

5) Essa proposta não significa uma verdadeira negociação, nem sobre a retirada da PEC, nem sobre emendas e, por isso, nós, unitariamente, a rejeitamos formalmente.

6) Esta Plenária, reafirmando a deflagração da Greve em 8 de julho, declara que o centro da PEC 40 é o rebaixamento do valor das aposentadorias e pensões. E também a privatização da Previdência via Fundos de Pensão. Respeitando a posição de cada setor de entidade;

7) Assim, rejeitamos a proposta do Deputado João Paulo Cunha de discutir três pontos, insistimos que necessitamos de uma verdadeira negociação, o que pressupõe a retirada da PEC 40 para chegarmos à revogação da EC 20 e da Lei nº 9.717.

Ou seja: a PEC 40 não é uma verdadeira reforma da Previdência, mas uma proposta de privatização e redução de direitos. Como o governo se recusa a modificá-la, e ainda procura constranger e intimidar os parlamentares para que não apresentem, nem aprovem emendas que toquem nos pontos centrais, consideramos que o governo rompeu unilateralmente as negociações e passou às imposições. Por isso, não nos resta outra alternativa a não ser a greve.

A cada momento, o quadro abaixo se altera, pois novos setores aderem ao movimento

Alagoas – Ato no Ministério da Saúde

Amazonas – Funasa e INPA

Bahia – DRT, Funasa, Fundacentro, Ibama, Fazenda, Ceplac, Agricultura, INSS.

Ceará – Incra, PCCS da Fazenda, Justiça do Trabalho e Banco Central – Assembléias programadas: Cefet, UFC (professores e funcionários), IBGE, INSS.

Distrito Federal – Funasa, Biblioteca Nacional, Banco Central, Capes, Min. da Defesa – Assembléias programadas: Min. de Minas e Energia, Denit, Ibama, Fazenda, Banco Central, Capes, MinC, MJ, HFA, MOG, MTE. Ato no Ministério da Previdência Social. Concentração no Espaço do Servidor com SINDSEP e Sindprev.

Espírito Santo – DNER, Ibama, Fazenda.

Mato Grosso do Sul – Incra, Receita Federal

Mato Grosso – Ibama, DNER, Funasa, Ceplac, Receita Federal, FNS(Cáceres), FNS(Alta Floresta). Assembléia Min. da Fazenda.

Pará – Ministério da Fazenda, Funasa, INSS.

Pernambuco – DRT, Incra

Rio Grande do Norte – Incra, Funasa

Rondônia – Receita Federal

Rio Grande do Sul – Ibama, IPHAN, Fazenda

Santa Catarina – DRT(Florianópolis e interior), Incra(Florianópolis), DFA(Florianópolis), Funai(Chapecó), Funasa(Florianópolis)

São Paulo – DRT, IPEN, Funasa

Goiás – Ato DRT

Minas Gerais – DRT, Fazenda, Assembléia Estadual, paralisação de 6h

Piauí – Ato Público

Paraíba – Assembléia nos órgãos

Rio de Janeiro – Datasus, Maara, Ibama, CNEM, Funarte (Ctav), Polícia Federal (Adm.), Funasa, Casa Ruy Barbosa, Abrigo Cristo Redentor, Receita Federal(campos), Funasa(campos).

Paraná – DFA

Tocantins – Construindo assembléia

Em mobilização: AC, AP, MA, RR, SE.

ATO PÚBLICO HOJE (DIA 9 DE JULHO), ÀS 10H

O SINDSEP-DF está promovendo Ato Público contra essa “reforma” da Previdência junto com o SINDPREV. A concentração começa às nove horas da manhã e se transforma em passeata até o Congresso. Vamos mostrar a nossa indignação e vontade de lutar.

**ABAIXO A “REFORMA” DA PREVIDÊNCIA!
CHEGA DE OBEDECER AO FMI!
É HORA DE MUDAR!**

EXPEDIENTE

Este jornal é de responsabilidade do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – SBS, Q.1, Ed. Seguradoras, 16º e 17º andares – Brasília/DF – CEP: 70300-500 – Fone: 321-1183 – E-mail: imprensa@sindsep-df.com.br – Fax: 225 0699. Fundado em 28/8/87 – Registro MTB Nº 1564 CGC: Nº 03.656.576/0001-08.

Jornalista Responsável: Ana Paula Oliveira RP 4026 DRT 884-DF – **Responsáveis pela Secretaria de Imprensa:** Luiz Bicalho e Hermes Araújo – **Conselho Editorial:** Luiz Bicalho, Hermes Araújo, Luís Henrique Donadio, Ismael José César – **Revisor:** Demerval F. Dantas RP697/05/42/DF – **Repórter-Fotográfico:** Ronaldo Barroso RP 4736/DF – **Projeto Gráfico, Diagramação e Arte-Final:** Ronaldo Alves RP 5103 DRT/DF – **Secretária:** Izabel Alexandre – **Tiragem:** 10.000 – **Impressão:** Intergraf